

Reajuste conquistado pela greve soma 18,7%

Recuperação salarial prossegue em janeiro com mais 3,16%

Em reunião da comissão para acompanhamento da arrecadação do ICMS, no dia 6, foram definidos os dois últimos reajustes conquistados por nossa greve. Teremos 6,7% em outubro e 3,16% em janeiro de 2001. Desta forma o reajuste acumulado até outubro está em 18,7% e alcançará 22,45% em janeiro de 2001. Página 4

Maioria do CO condena Zinsly

Na reunião de 10/10/2000 foi aprovada a manutenção da demissão do professor associado João Rubens Zinsly, de 63 anos, e a cassação da aposentadoria do funcionário José Ré. Dois anos e meio após a demissão, o CO admitiu que errou quanto aos outros três demitidos e reverteu sua decisão. A diretoria da Adusp reafirmou aos conselheiros do CO, por carta, sua convicção na ausência de provas para condenação e na tramitação irregular do processo. Acrescentou ainda que foi modificada a acusação inicial, prejudicando a defesa e confundindo o entendimento do caso. A reunião do CO, que teve aspectos surpreendentes, é relatada na página 2.

Democratização da USP é perspectiva central para o IV Congresso, define CR

Página 3

CJ demora a manifestar-se sobre recursos dos docentes do IG

Página 3

Coquetel com sabor de vitória

Daniel Garcia



Para comemorar o recente reajuste de 6,7%, que é mais uma conquista da greve de abril-junho, a Adusp realizou no dia 6 de outubro um "coquetel salário-político-cultural" na sua sede. Além dos comes e bebes oferecidos, os presentes também aproveitaram o momento para relembrar várias histórias da campanha salarial e assistir a um vídeo sobre a greve.

CO demite Zinsly mesmo sem provas

O Conselho Universitário da USP (CO) decidiu em 10/10/2000, por 51 votos a 18 e 8 abstenções, demitir o professor João Rubens Zinsly e o funcionário José da Ré, ambos da Esalq, acusados de “utilização indevida de espaço público”, “remarcação de gado” e “não prestação de contas”. Outros três funcionários da Esalq foram considerados inocentes.

A decisão acompanhou a conclusão do relatório da comissão revisora e o parecer apresentado pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR), ambos recomendando a demissão.

Antes da reunião, a Adusp enviou carta a todos os membros do CO, reafirmando sua convicção de que “não há elementos suficientes no processo que justifiquem as punições aplicadas”, mesmo porque as acusações ao professor Zinsly “têm mudado com o decorrer do tempo e, de fato, nada é provado”.

A Adusp manifesta ainda, na carta, que essa alternância de acusações “tem sido um dos obstáculos ao completo entendimento do caso, ao mesmo tempo em que demonstra a fragilidade e a insubsistência das provas acusatórias”.

Surpresa

Na reunião do CO, a apreciação do caso começou pela explanação dos membros da comissão revisora, os professores Antonio Scarance Fernandes, João Palermo Neto e Oswaldo Massambani. Scarance, que presidiu a comissão mas não é membro do CO, participou da reunião a convite do reitor.

A despeito da aparente transparência da discussão, é importante notar que a acusação teve todo o tempo necessário para esclarecer, através da comissão, seus pontos de vista — e aqueles que poderiam debater com eles em pé de igualdade não estavam lá. Os advogados de defesa não poderiam ter sido convidados? Uma coisa é dizer que o ritual do CO se processou dentro da normalidade e outra, muito diferente, é dizer que foi democrático.

Após as “explicações” e “esclarecimentos” da comissão o debate se realizou. Surpreendentemente, porém, nem o diretor da Esalq (ver entrevista abaixo) nem o representante da Congregação pediram vistas do processo, ao contrário do que a Congregação havia aprovado por 38 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções. O representante nem mesmo pediu a palavra. Estavam eles

a serviço de quem?

É inconcebível que alguém receba um pedido tão expresso de sua congregação e não esboce durante a reunião nenhuma tentativa de atendê-lo. Isto reforça nossa suspeição de que interessava à alta administração da universidade a condenação de alguém nesse caso.

O professor Walter Colli, relator do processo na CLR, fundamentou o parecer desta comissão, mas chegou a sugerir ao reitor, a critério deste, a adoção de uma pena menos grave, nos termos do Estatuto. O incrível é que o suposto melhor conhecedor do processo no plenário (além

da própria comissão revisora) esperou o debate para fazer a sua sugestão. Porque não o fez em seu relatório? A pergunta é irresistível: teria sido uma sugestão sincera ou apenas um olhar para a cadeira do Magnífico em 2001?

Diversos representantes docentes argumentaram contra a proposta de demissão. A professora Lisete Arellano, representante da Congregação da Faculdade de Educação, que votou contra as demissões, mencionou que o processo é extremamente confuso. “Estou convencida de que não há documentos que provem a culpa do professor Zinsly”.

No intervalo da reunião do CO, entrevistamos o professor Júlio Marcos Filho, diretor da Esalq:

Informativo Adusp— Agora que o CO tomou uma posição definitiva sobre o caso Zinsly, sabendo-se que a Congregação, por repetidas vezes, tinha se manifestado favoravelmente ao professor, qual é a avaliação que o sr. faz?

Júlio Marcos F^o— A avaliação que faço é que a Congregação sempre manifestou uma dúvida sobre o grau de culpabilidade dos envolvidos e se eram só eles os envolvidos. Daí a posição que a Congregação tomou. Ao mesmo tempo, durante esse período todo em que a Congregação deliberou, eu estava fora do país, fiquei dois anos fora, então essa minha opinião é baseada no grau de conhecimento que eu tenho da unidade. Quer dizer, não posso afirmar nada sobre o que ocorreu em momentos em que eu não estava presente. Entendo que o relatório da comissão revisora pode ter suas falhas, mas foi elaborado com muito cuidado, e isso deve ter determinado a reação que nós observamos no CO. Não deixou de ser uma surpresa, eu esperava que seria uma decisão difícil, mas não com a diferença de votos que houve.

Informativo Adusp— A Congregação deverá voltar a avaliar o caso?

Júlio Marcos F^o— Minha expectativa é de que não volte, pelo seguinte: a Congregação solicitou, na última reunião, que eu encaminhasse um pedido de vistas, para que a Congregação pudesse examinar o processo antes da deliberação do CO. A informação que nós tivemos é que — inclusive foi um parecer da assessoria jurídica, que eu recebi hoje pela manhã — o assunto fugiu da esfera da Congregação, no sentido de que quando o processo veio para o CO, somente o interessado ou partes interessadas poderiam solicitar esse pedido de vistas. Ou um dos membros do CO, mas sempre sob sigilo: não poderia haver divulgação disso antes que o CO tomasse sua deliberação. Dessa forma, embora tenha havido uma manifestação da Congregação e da própria Adusp, quanto ao reexame da situação, o processo só seria revisto por iniciativa dos interessados. Ou seja, a informação que tenho é que do ponto de vista legal o assunto não pode retornar à Congregação.

Fundações em debate



O professor Bedito Machado, da FMRP, realizou no dia 9, no ICB II, a palestra “Universidade Ltda”. Para ele, a quebra do RDIDP e a expansão das fundações de direito privado opõem-se aos objetivos maiores da USP

Recursos da Geo parados na CJ além do prazo regimental

Conforme divulgado nos boletins anteriores, os quatro colegas do IG ingressaram com recursos ao reitor contra as decisões do próprio reitor e da CERT de lhes solicitar novos relatórios de atividades, sob risco de alteração do regime de trabalho. Isso porque todos eles são docentes que foram aprovados no regime de experimentação no RDIDP já há muitos anos, além de serem todos efetivos nos cargos de professor doutor, após terem realizado em 1997 concurso de ingresso na carreira.

Os recursos que mostram detalhadamente as muitas arbitrariedades e irregularidades praticadas pela CERT, em relação às normas vigentes na Universidade e também quando confrontadas com outras leis superiores, foram apoiados no seu inteiro teor, em manifestação do Conselho do Departamento de Mineralogia e Geotectônica.

No dia 18/9 os recursos deram entrada na Reitoria e no dia 20/9 foram encaminhados para a CJ, lá permanecendo ao menos até o fe-

chamento desta edição.

Merece destaque que o artigo 254 do Regimento Geral estabelece o prazo de 10 dias para que um recurso seja apreciado e acatado, ou indeferido e encaminhado ao órgão superior, que no caso é o CO. É importante que os recursos apresentados sejam, o mais rapidamente possível, julgados em seu mérito. Isto evitaria aumentar o enorme desgaste a que já foram submetidos os colegas da Geo nesse episódio, e o próprio IG como um todo, conforme expressa a mani-

festação de sua Congregação, meses atrás, em 23/2/2000.

Os colegas diretamente envolvidos, a Adusp, sua Diretoria, CR e Assessoria Jurídica permanecerão atentos ao desenrolar dos fatos, e esperam que nesse caso, como no de quaisquer outros de arbitrariedades institucionais contra docentes, discentes ou funcionários, acabem por prevalecer a justiça e os valores maiores de uma universidade que se quer competente, democrática e pública.

CR debate IV Congresso

Reunido no dia 9, o CR tomou as seguintes deliberações, relativamente às propostas que a Adusp deverá defender nos debates preparatórios do IV Congresso da USP:

Perspectivas:

1. Transformar a estrutura da USP, democratizando-a e tornando-a efetivamente pública, democrática no acesso e na destinação da sua produção, e envolvida com os problemas sociais brasileiros;
2. Permitir intervenção organizada de alunos, professores e funcionários na escolha de reitor em 2001.

Eixos:

- Valorização do Ensino e ampliação do quadro docente;
- Democratização do poder e do acesso;
- Avaliação da universidade e do trabalho acadêmico e funcional;
- Inserção social da Universidade e extensão;
- Formação e qualificação (treinamento) funcional, através dos recursos acadêmicos da própria universidade;
- Regimes de trabalho
- Planejamento de atividades

Temas adicionais:

- Financiamento;
- Fundações;
- Carreira funcional;
- Previdência.

Prorrogado prazo para concurso

Caso você ainda não tenha enviado sua proposta de logotipo para o IV Congresso da USP, uma boa notícia. O prazo do concurso que irá escolher o logotipo do evento foi estendido até o dia 28 de outubro, conforme decisão da Comissão Organizadora. Duas propostas foram enviadas dentro do prazo inicialmente proposto (29 de setembro), mas antes que chegassem a deliberação pela prorrogação do prazo já fora votada.

1. O logotipo deve, de alguma forma, relacionar-se aos temas correntes durante a última greve: a universidade que queremos e a união das três categorias (estudantes, professores e funcionários) na construção de uma universidade pública de qualidade.

2. O logotipo deve con-

ter, no máximo, duas cores, e ser apresentado em três tamanhos diferentes, pequeno, médio e grande, todos cabendo em formato A4.

3. As propostas devem ser enviadas para uma das três entidades representativas (Adusp, Sintusp, DCE) até o dia 28 de outubro.

4. O logotipo deverá ser apresentado nas versões invertida, cor e PB.

5. As propostas devem ser enviadas em disquetes em arquivos do tipo "bmp", "tiff", ou "jpg". Uma cópia impressa deve ser anexada ao disquete, com nome e contato do participante.

6. O júri será composto por dois membros de cada entidade representativa.

7. O prêmio ao vencedor será uma réplica do logotipo esculpida em prata.

Avançamos na recuperação dos salários

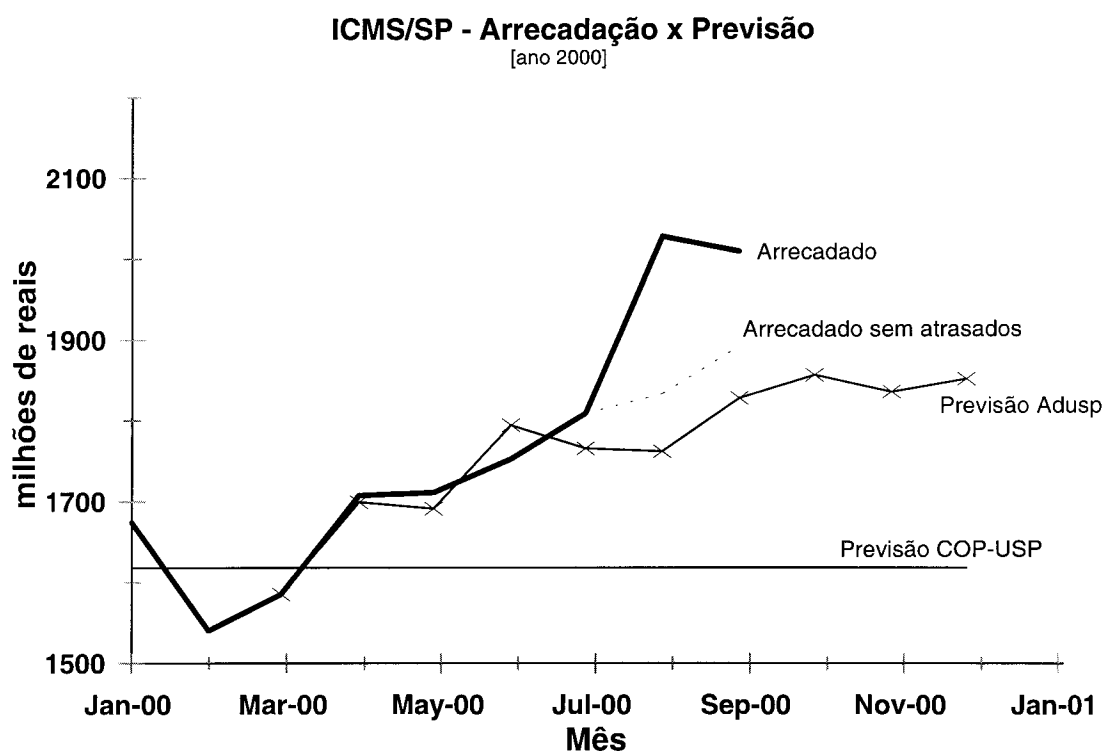
Tornou-se evidente a necessidade de uma política salarial permanente

No dia 6 de outubro foram definidos, na comissão para acompanhamento da arrecadação do ICMS, os dois últimos reajustes conquistados pela nossa greve. Teremos 6,7% em outubro/00 e 3,16% em janeiro/01 (o equivalente a 3,75% sobre os salários de março/00). Desta forma o reajuste acumulado até outubro está em 18,70% e alcançará 22,45% até janeiro/01. Resta, ainda, a discussão do fundo de reserva salarial.

Fica mais uma vez evidente que mesmo com inflação relativamente baixa é indispensável termos uma política salarial, ainda que, circunstancialmente, circunscrita ao desempenho da arrecadação tributária. Uma suspensão apressada e desorganizada da greve nos teria deixado com 11,25% até janeiro (os salários pagos em novembro, dezembro e o 13º seriam 6,7% menores) e a partir de janeiro o reajuste totalizaria 15% ao invés de 22,45%.

Fizemos uma avaliação do poder aquisitivo relativo do nosso salário nos últimos 5 anos, bem como das respectivas projeções até a próxima data base em maio/01. Trabalhamos com a hipótese de que a inflação Fipe mensal será de 0,54% (média dos últimos 7 meses). Com este deflator, em janeiro o salário terá valor real 1% acima daquele de maio/95, nosso referencial nesta campanha salarial.

Sob o ponto de vista de massa salarial no período maio/2000-01, contando o abono de 28% e o 13º, nosso poder aquisitivo estará cerca de 9,8% superior ao de maio/95-96. Note-se contudo que pelo ICV-Dieese (antiga POF) ainda faltaria um reajuste de 17% e a referida massa salarial



2000/2001 estaria 1% abaixo daquela de 95-96. De qualquer modo, ainda que insuficiente diante de nossas outras perdas salariais históricas, esse reajuste acumulado de 22,45% é bastante significativo no cenário de recomposição salarial no país.

As Universidades não quebraram

As universidades estaduais paulistas devem fechar o ano contabilizando um comprometimento com salários, das suas receitas governamentais, no patamar de 79,8%. A USP, em particular ficará em torno de 77%. Mesmo com os precatórios esse valor não deve ultrapassar 80%, ou seja, bem abaixo dos 88% definidos pelo CO.

O reajuste de janeiro, associado à queda sazonal da arrecadação do ICMS que se observa especialmente nos meses de fevereiro e março, envolverá um comprometimento mais elevado com salários nos primeiros meses

do ano. Mas levando-se em conta que a universidade ao final do exercício não devolve ao estado as sobras de recursos, o comprometimento acumulado de janeiro/00 a maio/01 deverá ficar em torno de 84% para as três universidades e 81% para a USP.

A arrecadação continua crescendo

O gráfico acima permite comparar a evolução da arrecadação do ICMS em 2000, com a previsão realizada pela ADUSP a partir de março/2000 (baseada no comportamento médio da arrecadação nos últimos 4 anos). O observado tem ficado bastante próximo do estimado, especialmente se descontarmos o recolhimento de impostos atrasados que ocorreu em agosto e setembro (linha tracejada). Fica evidente que a metodologia adotada pela COP, de divisão equitativa da arrecadação (linha contínua), subestima a arrecadação e não dá conta das variações sazonais. Tampouco

era razoável manter a previsão de 6% de inflação e crescimento econômico de 1% quando o que vinha sendo realizado ao longo de mais de seis meses era bem superior a isso.

É muito importante registrar o comportamento sazonal do ICMS. A queda natural de arrecadação, que ocorre nos meses que antecedem a data base, em maio, costuma ser empregada como argumento para rebaixar ou cancelar os reajustes ou, ainda, bloquear a adoção de uma política salarial. Não podemos aceitar que aquilo que conquistamos agora, e ainda insuficiente, seja corroído progressivamente pelo processo inflacionário.

Creemos que a nossa experiência recente de luta demonstra ser fundamental a presença do movimento unitário, organizado e determinado para estabelecer um tratamento transparente do orçamento das universidades e a valorização de nosso trabalho.